



Consentimento Livre, Prévio e Informado Projeto Surui Carbono

Free, Prior and Informed Consent Surui Carbon Project



É permitida a reprodução de parte desta publicação, desde que citada a fonte.
| Reproduction, in part, of this publication is permitted provided the source is properly cited.

1ª Edição. Tiragem: 500 exemplares. | 1st Edition. Circulation: 500 copies.

Fechamento desta edição: agosto de 2010 | Closing of this edition: August 2010

Associação Metareilá do Povo Indígena Surui

Coordenador Geral | General Coordinator

Almir Narayamoga Surui

Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé

Coordenador Geral | General Coordinator

Israel Correa Vale Junior

Coordenadora de Projetos | Project Coordination

Ivaneide Bandeira Cardozo

Equipe de Conservação da Amazônia - ACT Brasil | Amazon Conservation Team - ACT Brasil

Presidente | President

Vasco van Roosmalen

Forest Trends

Presidente | President

Michael Jenkins

Diretor, Programa Comunidades e Mercados | Director, Community and Market Program

Beto Borges

Diretor, Incubadora Katoomba | Director, Katoomba Incubator

Jacob Olander

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FunBio) | Brazilian Biodiversity Fund (FunBio)

Coordenador Mudanças Climáticas e Energia Limpa | Climate Change and Clean Energy Unit Coordinator

Angelo Santos

Coordenador da Unidade de Mecanismos Econômicos e Financeiros | Conservation Finance Unit Coordinator

Manoel Serrão Borges de Sampaio

Técnico da Unidade de Mecanismos Econômicos e Financeiros | Conservation Finance Unit Technician

Guilherme Romano Figueiredo

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) | Institute for the Conservation and Sustainable Development of Amazonas (Idesam)

Secretário Executivo | Executive Secretary

Mariano Colini Cenamo

Pesquisador do Programa de Mudanças Climáticas | Climate Change Program Researcher

Gabriel Cardoso Carrero

Pesquisadora Doutoranda em Clima e Ambiente por AgroParisTech (Paris) e INPA (Manaus) | Doctoral Researcher in Climate and Environment for AgroParisTech (Paris) and INPA (Manaus)

Claudia Vitel

Ficha técnica da publicação | Publication Specifications

Conselho Editorial | Editorial Board

Almir Narayamoga Surui, Angelo Santos, Beto Borges, Frederico Schlottfeldt, Gabriel Carrero, Ivaneide Bandeira Cardozo, Thiago Ávila (in memoriam), Vasco van Roosmalen e Wesley Pacheco

Projeto Editorial e Edição: Assessoria de Comunicação Social da ACT Brasil | Editorial and Publishing project: Assessoria de Comunicação Social da ACT Brasil

Responsável | Responsible

Frederico Schlottfeldt

Texto | Text

Thiago Ávila (in memoriam)

Revisão: | Revision

Renata Carvalho Giglio

Frederico Schlottfeldt

Resumo do texto original e tradução | Summary of Original Text and Translation

Maíra Irigaray

Rebecca Vonada

Projeto Gráfico e capa | Graphic Designer and Cover Artwork

Masanori Ohashy - Idade da Pedra

Diagramação | Layout

Fotos | Photos

Thiago Ávila e ACT Brasil/Divulgação

Normalização técnica | Technical Standards

Geraldo Campetti Sobrinho

Impressão | Printing

Gráfica Athalaia

Agradecimentos | Acknowledgments

Especial agradecimento ao Povo Paiter-Surui de Rondônia, por sua força, perseverança e visão para um desenvolvimento sustentável baseado no conhecimento tradicional. Agradecemos também às Fundações Packard, Blue Moon, Gordon e Betty Moore, USAID, Global Environment Facility (GEF) e governo da Noruega, pelo contínuo apoio ao Projeto Carbono Surui. Somos gratos também a Maíra Irigaray pelo trabalho de resumo do texto original e tradução ao Inglês.

Special thanks to the Paiter-Surui People of Rondonia for their strength, perseverance and vision for a sustainable development based on traditional knowledge. We also thank the Packard Foundation, Blue Moon Foundation, Gordon and Betty Moore Foundation, USAID, Global Environment Facility (GEF) and the Norwegian government for their continued support of the Surui Carbon Project. We are also grateful for Maíra Irigaray's work in summarizing the original text and translating into English.

Associação Metareilá do Povo Indígena Surui

Avenida JK, nº 5217

Riozinho, Cacoal – RO | Riozinho, Cacoal – RO - Brazil

Cep: 78.980-000 | Zip Code: 78.980-000

Tel/Fax: (69) 3443-2714 | Phone/Fax: 55 (69) 3443-2714

orggamebey@gmail.com

www.surui.org

www.paiter.org



Esta publicação é uma homenagem à Thiago Ávila, antropólogo e autor do conteúdo aqui exposto, que dedicou sua vida ao desenvolvimento e ao bem-estar das comunidades indígenas do Brasil enquanto esteve aqui conosco.

This publication is a tribute to Thiago Ávila, anthropologist and author of the content displayed here, who dedicated his life to the development and welfare of indigenous communities in Brazil while he was here with us.

Índice

7 Introdução

11 Apresentação

14 Metodologia

18 Marcos legais

22 Informações sobre os Paiter-Surui

- Informações gerais: autodenominação, filiação linguística e histórico de contato interétnico
- Sistema de governança: a importância dos clãs
- As aldeias atuais

26 Consentimento Livre, Prévio e Informado e o Projeto Carbono Surui

- Consentimento livre, prévio e informado como um processo
- Eventos comunicativos como estratégia de apresentação do consentimento livre, prévio e informado
- Eventos comunicativos internos - Assembleia Geral do Povo Paiter
- Eventos comunicativos e articulações interétnicas

36 Conclusão

38 Bibliografia

Index

9 Introduction

13 Presentation

16 Methodology

20 Legal Frameworks

24 Information about the Paiter-Surui

- General Information: Self-designation, Affiliation, Language and History of the Interethnic Contact
- System of Governance: the Importance of the Clans
- The current villages

31 Free, Prior and Informed Consent, and the Surui Carbon Project

- Free, Prior and Informed Consent as a Process
- Communicative Events as a Strategy to Reach Free, Prior and Informed Consent
- Internal Communicative Events – General Assembly of the Paiter People
- Communicative Events and the Interethnic Articulations

37 Conclusion

38 Bibliography



Introdução

Projeto Carbono Surui

O Projeto Carbono Surui foi idealizado em 2007 pela Associação Metareilá, com apoio de organizações ambientalistas e indigenistas. O projeto objetiva a conservação ambiental e o fortalecimento cultural dentro da Terra Indígena Sete de Setembro (RO), que tem uma área de 247.870 hectares e população de cerca de 1,3 mil habitantes. O Projeto Carbono Surui pretende financiar atividades de proteção, fiscalização e melhoria da capacidade local por meio dos pagamentos por serviços ambientais, especialmente a comercialização de créditos de carbono, que surgiu como uma alternativa nova e promissora.

O trabalho das organizações envolvidas objetiva a construção técnica do Documento de Concepção do Projeto – DCP ou Project Design Document – PDD, que descreve as atividades e o potencial de redução de emissões do projeto, assim como a situação de conservação da terra indígena, sua riqueza em termos de biodiversidade e a relação da comunidade com o meio ambiente. Este conjunto de informações influencia de forma significativa no valor dos créditos de carbono.

Dentre as formas de compensação de carbono, as de maior relevância para as terras indígenas são: por manutenção de estoques florestais, feita pela Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação das florestas (REDD); e sequestro de carbono, a partir do reflorestamento. Nas duas metodologias o povo Surui leva vantagem para obtenção de créditos de carbono.

Entre os benefícios adicionais do Projeto Carbono Surui, podemos citar: conservação da biodiversidade; melhoria na qualidade de vida das comunidades; manutenção de bacias hidrográficas; recuperação de áreas degradadas e reflorestamento; e fortalecimento da cultura indígena.



Introduction

Surui Carbon Project

The Surui Carbon Project was conceived in 2007 by the Metareilá Association, with support from environmental and indigenous organizations. The project aims to strengthen cultural and environmental conservation in the Indigenous Land **Sete de Setembro**, which has an area of 247,870 hectares and a population of approximately 1,300 inhabitants. The Surui Carbon Project intends to fund protection, territorial control and local capacity building activities through payments for ecosystem services, especially the marketing of carbon credits, which emerged as a promising new alternative.

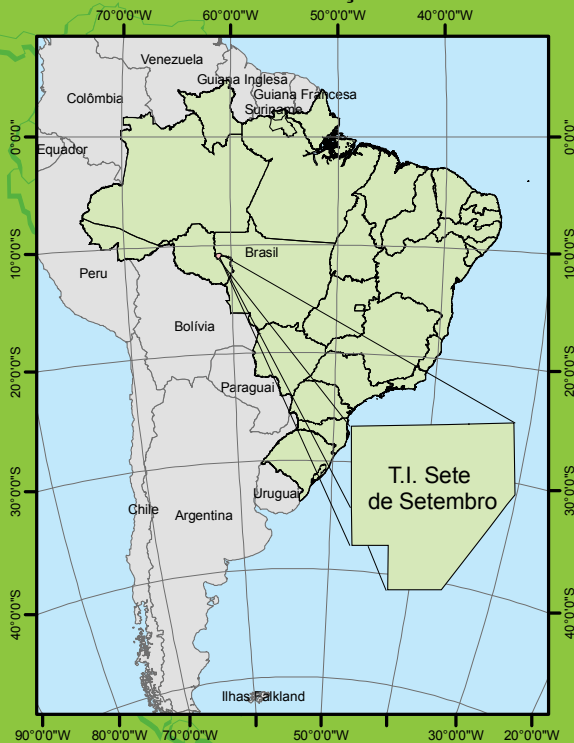
The work of the organizations involved is aimed toward the technical construction of the Project Design Document (PDD), which describes the activities and the potential for emissions reductions from the project, as well as the conservation status of indigenous land, its wealth of biodiversity and the community's relationship with the environment. This set of information significantly influences the value of carbon credits.

Among the forms of carbon offsets, the most relevant to indigenous lands are: the maintenance of forest stocks through Reducing Emissions from Deforestation and forest Degradation (REDD), and carbon sequestration from reforestation. In both methodologies, the Surui people have an advantage for obtaining carbon credits.

Additional benefits of the Surui Carbon Project are: biodiversity conservation, improvement in the quality of life of the communities, maintenance of watersheds, restoration and reforestation of degraded areas, and strengthening of indigenous culture.



Planta de situação



O Povo Paiter-Surui vive em Rondônia, em uma área de 247.870 hectares, oficialmente delimitados, demarcados, homologados e reconhecidos pelo governo brasileiro como Terra Indígena Sete de Setembro.

The Paiter-Suruí People lives in Rondônia, in an area equivalent to 247.870 hectares, officially demarcated, approved and recognized by the Brazilian government as the Indigenous Land Sete de Setembro.

Apresentação

O documento está assentado em três pilares diferentes, mas relacionados entre si:

- 1.** Informações sobre o povo Surui;
- 2.** Principais legislações, convenções e acordos internacionais que dizem respeito ao tema da consulta aos povos indígenas perante quaisquer ações que atinjam, direta ou indiretamente, suas terras indígenas e o modo de vida ou as condições ambientais necessárias à sua reprodução física e sociocultural;
- 3.** Descrição analítica do processo de construção do consentimento livre, prévio e informado dos Paiter-Surui referente ao Projeto Carbono Surui.

O consentimento livre, prévio e informado pode ser tomado como uma das principais conquistas dos movimentos indígenas, expressando a superação da antiga mentalidade que considerava os povos indígenas como sujeitos incapazes de decidir seu próprio futuro. Em decorrência da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais e da Declaração dos Povos Indígenas das Nações Unidas, hoje o indígena é considerado sujeito ativo que faz e constrói sua própria história.

O presente documento técnico tem o objetivo central de documentar, evidenciar e analisar, desde uma perspectiva multidisciplinar que parte dos pressupostos antropológicos, o processo de produção do consentimento livre, prévio e informado do povo Paiter-Surui acerca do Projeto Carbono Surui. A atividade representa uma alternativa inovadora e promissora no cenário amazônico, especialmente por potencializar alternativas que visam à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais do bioma amazônico, garantindo os recursos financeiros para uma gestão efetiva das terras indígenas e para o etnodesenvolvimento dos povos que as habitam.

Para tal estudo, foram utilizados: o trabalho de campo, a observação participante, a realização de reuniões comunitárias, entrevistas individuais semiestruturadas e o vivenciar do cotidiano dos Paiter-Surui

Por fim, o presente documento avalia se o processo de construção do consentimento livre, prévio e informado do Projeto Carbono Surui foi, ou não, alcançado, no caso dos Paiter-Surui, por meio da metodologia proposta.



Presentation

The document is divided in three different, though related, pillars:

- 1.** Information regarding the Surui people;
- 2.** Key laws, international conventions and agreements which relate to the consultation with indigenous peoples before they take any action that can affect, whether directly or indirectly, their native lands and way of life or the environmental conditions necessary for their physical, social and cultural reproduction;
- 3.** Analytical description of the free, prior and informed consent process of the Paiter-Surui People referring to the Surui Carbon Project.

Free, prior and informed consent can be understood as one of the main achievements of indigenous movements, overcoming the old mentality that considered indigenous peoples as unable to decide their own future. Due to the International Labour Organization Convention 169 on Indigenous and Tribal Peoples and the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, today the Indian is considered an active participant who makes and builds his own history.

This technical document has as its central goal to document, demonstrate and analyze from a multidisciplinary perspective, departing from anthropological assumptions, the process of reaching free, prior and informed consent of the Paiter-Surui People, regarding the Surui Carbon Project. The activity represents a promising and innovative alternative scenario in the Amazonian biome, especially through the promotion of alternatives designed to enhance environmental conservation and the sustainable use of natural resources, ensuring financial resources for effective management of indigenous lands and the ethnic development of the people that inhabit them.

For this study, the following methods were used: field work, participant observation, community meetings, individual semi-structured interviews, and the daily experience of Paiter-Surui.

Finally, this paper assesses whether the free, prior and informed consent process through the proposed methodology in the case of the Paiter-Surui did or did not lead the group to a consensus for the Surui Carbon Project.

Metodologia

A construção do presente documento tem como eixo central a metodologia participativa. Isso significa envolver plenamente os indígenas em todas as etapas do projeto.





O conceito de “participação”, que orienta metodologicamente este documento técnico, compreende a interação efetiva e horizontal dos diferentes atores sociais envolvidos no Projeto Carbono Surui (sejam eles internos ou externos).

Somente uma aproximação que mesclasse a metodologia colaborativa com a pesquisa-ação participativa poderia ser útil para revelar a complexa rede social por onde o consentimento livre, prévio e informado dos Surui pode ser produzido. Para essa abordagem, os sujeitos ou atores sociais presentes compõem um grupo com objetivos em comum, interessados em um determinado problema: disseminar informações pertinentes para o desenvolvimento de um projeto de REDD+, com foco na geração de créditos de carbono da Terra Indígena Sete de Setembro, como alternativa econômica ambientalmente e culturalmente sustentável para apoiar o plano de 50 anos do povo indígena Paiter-Surui.

Para que os indígenas tivessem uma decisão consciente, responsável e plenamente informada acerca da aceitação ou negação do Projeto Carbono Surui, foi necessário traçar as estratégias de intervenção e levantamento de dados nesse contexto social específico.

Didaticamente, o processo de formação do consentimento livre, prévio e informado do Projeto Carbono Surui foi dividido em três etapas. A primeira representa os momentos

em que os Surui realizaram as discussões e reuniões entre si, para chegarem aos consensos mínimos referentes à possibilidade de desenvolvimento e implementação do Projeto Carbono Surui. A segunda representa as reuniões entre as lideranças indígenas, representantes das associações locais e chefes de clãs com as demais instituições participantes do projeto, tais como a Forest Trends, o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM, a Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil, a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, a Fundação Brasileira para a Biodiversidade – FUNBIO e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A terceira e última etapa é composta pelos trabalhos de campo, juntamente com as visitas e reuniões comunitárias nas aldeias Paiter-Surui.

Enfim, o presente documento técnico serve tanto para os leitores verificarem como foi construído o processo do consentimento Livre, Prévio e Informado, quanto para garantir que os Paiter-Surui tenham as informações necessárias sobre os pagamentos por serviços ambientais, especialmente sobre os créditos de carbono, permitindo-os adotar uma posição formal sobre a condução desse processo, avaliando os riscos e benefícios que a implementação de ações na linha do desenvolvimento sustentável pode acarretar para o seu cotidiano.

Methodology

The construction of this document has participatory methodology as its central axis. That means the full involvement of indigenous people in all stages of the project.





The concept of “participation” which guides this document methodologically includes the effective and horizontal interaction of the different social actors involved in the Surui Carbon Project (whether internal or external).

Only an approach that combines the collaborative methodology with participatory action and research could be useful in revealing the complex social network where the free, prior and informed consent of the Surui could be produced. For this approach, the participants or social actors form a group with common goals and interested in a particular problem: to disseminate relevant information for the development of a REDD+ project, focusing on generating carbon credits from the Indigenous Land Sete de Setembro as an environmentally and culturally sustainable economic alternative to support the 50 year management plan of the indigenous Paiter-Surui People.¹

Intervention strategies and data collection were done in the specific social context of the Indians working to understand and make a conscious, responsible and fully informed decision to accept or reject the development of the Surui Carbon Project. Didactically, the formation process of the free, prior and informed consent of the Surui Carbon Project

was divided into three stages. The first represents the moments when the Surui held discussions and meetings among themselves to reach minimum consensus regarding the possibility of developing and implementing the Surui Carbon Project. The second represents the meetings between indigenous leaders, representatives of local associations and heads of clans with other institutions participating in the project, such as Forest Trends, the Institute for Conservation and Sustainable Development of Amazonas - IDESAM, the Amazon Conservation Team - ACT Brazil, Kanindé Ethno-environmental Defense Association, the Brazilian Foundation for Biodiversity - FUNBIO and the National Indian Foundation - FUNAI. The third and final stage consists of field work along with visits and community meetings in the Paiter-Surui villages. Finally, this technical document serves for readers to verify how the free, prior informed consent was carried out and to ensure that the Paiter-Surui have the necessary information regarding payments for ecosystem services, especially carbon credits, allowing them to adopt a formal position during this construction process, evaluating the risks and benefits that the implementation of the actions in the search for sustainable development can bring to their daily lives.

¹ Available at: < http://www.equipe.org.br/publicacoes_dentro.php?tipoid=1 >

Marcos legais

A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, assinada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 1989, na cidade de Genebra, pode ser tomada como um divisor de águas das políticas direcionadas aos povos indígenas e tribais em todo o globo. Isso porque a Convenção trouxe grandes avanços na legislação indigenista internacional, dentre os quais o reconhecimento do direito à terra, vista como essencial para a afirmação e perpetuação dos povos indígenas enquanto sociedades culturalmente diferenciadas.

A Constituição Federal de 1988 foi certamente um marco que redirecionou o posicionamento nacional perante os povos indígenas que aqui vivem e as políticas oficiais de assistência aos povos indígenas executadas pelo governo brasileiro, questionando o conceito de tutela e o caráter de “incapacidade relativa” expressa pelo antigo código civil e pelo Estatuto do Índio 6001/1973 - ainda em vigor, mas em revisão nas instâncias legislativas nacionais. A Constituição Federal de 1988 também alterou os entendimentos sobre as políti-

cas indigenistas anteriores que concebiam os povos indígenas e o Estado Nacional como o tutor dessas populações étnica e culturalmente diferenciadas dos demais segmentos populacionais do país.

A Convenção da Diversidade Biológica – CDB (igualmente importante e ratificada em 1992) reconhece que os recursos genéticos são patrimônio dos Estados Nacionais e que estes têm o dever de mantê-los, conservá-los e utilizá-los de forma sustentável. Ao mesmo tempo, reconhece a existência da relação íntima entre povos indígenas e os ambientes naturais de seus territórios para a sua reprodução física, social e cultural, sendo necessárias adotar políticas para a repartição justa e equitativa dos benefícios econômicos, resultantes do aproveitamento econômico do patrimônio genético brasileiro, especialmente aqueles com conhecimentos tradicionais associados. Também a Medida Provisória 2186 regula o acesso aos recursos genéticos no Brasil, dando ênfase àqueles conhecimentos com conhecimento tradicional associado.

Mais recentemente, as Nações Unidas aprovaram, em 2007, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas¹. A Declaração da ONU reforça a importância do respeito à diferença cultural dos povos indígenas e às suas instituições sociais por parte dos Estados Nacionais e da adoção de políticas públicas nesse sentido. O consentimento livre, prévio e informado aparece em diferentes momentos, em alguns casos como consultas às comunidades e, em outros casos, como a necessidade de consultá-los para eventuais deslocamentos e translações de populações indígenas por motivos de construções de empreendimentos como os hidroelétricos.

Em suma, o conceito de consentimento livre, prévio e informado é um mecanismo político, administrativo e jurídico, presente em diferentes legislações internacionais e nacionais sobre o tema que cada vez ganha mais destaque no cenário contemporâneo. Ao mesmo tempo, no caso do Projeto Carbono Surui, é percebido como um processo, sendo resultado de várias reuniões e discussões envolvendo lideranças Paiter-Surui e suas comunidades. Mais detalhes estarão presentes na seção específica sobre o consentimento livre, prévio e informado nos Paiter-Surui.

¹ http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em 17 de julho de 2009.

Legal Frameworks

Convention 169 on Indigenous and Tribal Peoples, signed at the 76th International Labour Organization Conference in June 1989 in Geneva, may be taken as a watershed for policies directed at indigenous and tribal peoples around the globe. This is because the Convention brought major advances in international indigenous law, including the recognition of land rights which is seen as essential for the affirmation and perpetuation of indigenous people as culturally differentiated societies.

The Brazilian Federal Constitution of 1988 was certainly a milestone that redirected the national stance regarding indigenous peoples and the official assistance policies to indigenous people executed by the Brazilian government, questioning the concept of guardianship and the character of “relative inability” expressed by the former Civil Code and the Indian Statute 6001/1973 - still in force but under review in national legislative bodies. The Brazilian Federal Constitution of 1988 also changed the underpinnings of the indigenous policies which previously

considered the National State as the tutor of these ethnically and culturally different populations from other segments of the country’s population.

The Convention on Biological Diversity - CBD (equally important and ratified in 1992) recognizes that genetic resources are the patrimony of the National State which has a duty to keep, save and use them in a sustainable manner. At the same time the CBD recognizes the existence of the intimate relationship between indigenous peoples and the natural environment of their territories for their physical, social and cultural reproduction, making the adoption of policies for the fair and equitable distribution of economic benefits arising from the economic use of Brazilian genetic heritage necessary, especially for those resources associated with traditional knowledge. Also, Brazilian Provisional Measure 2186 regulates access to genetic resources in Brazil, emphasizing those associated with traditional knowledge.

In 2007 the United Nations adopted the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples.² The Declaration reinforces the importance of respecting the cultural differences of indigenous peoples and their social institutions by the National States and the adoption of public policies accordingly. The concept of free, prior and informed consent appears at different times, in some cases as consultations with communities and in other cases, as the need to consult them for possible displacements and transfer to a new location due to the construction of infrastructure projects such as hydropower dams. In short, the concept of free, prior and informed consent is a political, administrative and legal mechanism present in different international and national laws on the subject that increasingly gains more prominence in the contemporary scene. Meanwhile, in the case of the Surui Carbon Project, it was perceived as a process that was a result of several meetings and discussions involving Paiter-Surui leaders and their communities. More details are present in the specific section on the free, prior and informed consent of the Paiter-Surui.

² Available at: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf> Accessed on July 17th, 2009.

Informações sobre os Paiter-Surui

Informações gerais: autodenominação, filiação linguística e histórico de contato interétnico

Os Surui de Rondônia, como são mais conhecidos nos meios regionais e nacionais, se autodenominam Paiter. A tradução desse termo fornecida nos estudos específicos sobre o grupo o indica como “gente/povo verdadeiro” (Mindlin 1995). A língua utilizada por eles é do grupo Tupi e da família linguística Monde, compartilhando aspectos cosmológicos e rituais com outros grupos da mesma família linguística que habitam a região como os Cinta-Larga, Karo (Arara), Ikolen (Gavião) e Zoró.

Os Paiter formavam um universo particular, compostos tradicionalmente por processos de trocas simbólicas e guerras intertribais que foi sendo paulatinamente transformado com o advento do contato oficial com a sociedade brasileira e agência indigenista governamental.

Apesar dos impactos profundos sobre a população indígena, com a redução drástica de aproximadamente 5.000 para 250 indivíduos, e sobre sua cultura, os Paiter-Surui mantêm muitos dos seus costumes, inclusive a língua e vários aspectos cosmológicos.

Seu território foi oficialmente reconhecido e homologado na década de 1980. Assim como diversas outras terras indígenas do estado de Rondônia, a TI Sete de Setembro foi

demarcada e “desmarcada” sucessivas vezes, sendo que os interesses políticos regionais se concatenavam com o receio federal em realizar uma definição fundiária favorável aos povos indígenas.

A política federal era de atração populacional para Rondônia e foi iniciada na década de 1920 com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, com as linhas telegráficas de Rondon e um segundo impulso na economia da borracha. Seguramente, o período mais acentuado foi a partir da década de 1960 e 1970 com a construção da BR 364 que liga Cuiabá a Porto Velho.

Na década de 80, diversos programas federais como o Polonoeste e o Planaflores garantiam subsídios para os agricultores migrantes, muitos deles produzindo em terras tradicionalmente habitadas por povos indígenas e ainda em processo de reconhecimento fundiário oficial pelo órgão indigenista. Assim, a grande migração com as dimensões que ocorreram em Rondônia aliada a uma indefinição fundiária, onde a posse da terra era utilizada como artigo sedutor para atração de mão de obra rural para a região, resultaram em sérios conflitos.

Sistema de governança: a importância dos clãs

A organização política e os modos de governança dos Paiter-Surui são baseados nos clãs. Cada indivíduo herda o pertencimento por linha paterna, ou seja, o povo Paiter-Surui é descrito como patrilinear. Hoje em dia, possuem quatro clãs, os Gameb, Gabir, Kaban e Makor, sendo que esse sistema ainda é utilizado para dar sentido e organicidade aos aspectos políticos do grupo indígena e ao modo como se organizam na contemporaneidade para reivindicar e lutar pelos direitos culturais e indígenas.

Os aspectos relacionados à chefia política do grupo são considerados pelos estudos etnográficos como difusos (Mindlin 1985), especialmente porque existem muitos chefes (labiway) que representam seus respectivos clãs e, posteriormente ao contato com a FUNAI, houve uma transformação social que criou a categoria “cacique” ou chefes de aldeias, também chamados de labiway.

Tradicionalmente, os chefes mais poderosos possuíam roças maiores que os demais, sendo dessa maneira capazes de distribuir mais chicha (bebida tradicional dos Paiter-Surui). A importância dessa bebida transcende os aspectos rituais e festivos, mas se relaciona com a organização dos trabalhos coletivos, produção de roça e um meio de união entre os clãs. Além dos chefes políticos, há também os chefes que coordenam os trabalhos coletivos, especialmente da produção de roça.

As novas lideranças são muito respeitadas e ouvidas e sua influência nos assuntos internos da aldeia é bastante notada. Elas tendem a ser pessoas mais jovens, com maior domínio da língua portuguesa, dos códigos e legislações que regem a sociedade brasileira e, recentemente, de novas tecnologias.

As aldeias atuais

A ocupação da Terra Indígena Sete de Setembro obedece a um padrão que somente pode ser entendido ao se considerar o período histórico em que suas terras foram invadidas pelos colonos, com incentivo pesado dos governos federal e estadual, sendo depois retomada após intensos conflitos fundiários, muitas das vezes, sangrentos.

Atualmente, existem 22 aldeias na Terra Indígena Sete de Setembro, as quais podem ser localizadas no mapa intitulado “Aldeias da Terra Indígena Sete de Setembro”. Nesse mapa, percebe-se que a ocupação ocorre nos limites da Terra Indígena, nas áreas que foram invadidas pelos colonos e posteriormente retomada pelos indígenas. O modo atual de ocupação territorial revela uma forte estratégia de proteção do seu território contra a invasão de novos moradores e um controle de quem entra e sai da T.I. Sete de Setembro.

Information about the Paiter-Surui

General Information: Self-designation, Affiliation, Language and History of the Interethnic Contact

The Surui of Rondônia, as they are better known regionally and nationally, call themselves "Paiter." The translation of that term provided in specific studies on the group shows that this means "people or real people" (Mindlin 1995). Their language is from the Tupi group and the linguistic family Monde, sharing cosmological aspects and rituals with other groups of the same linguistic family inhabiting the region such as the Cinta-Larga, Karo (Arara), Ikolen (Gavião) and Zoró. The Paiter formed their own universe, traditionally composed by the processes of symbolic exchange and intertribal wars which was gradually transformed with the advent of official contact with the Brazilian society and the government's indigenous agency. After first contact with Brazilian society, there was a profound impact on the indigenous population leading to a drastic reduction from approximately 5,000 to 250 individuals, and on their culture. Despite this, the Paiter-Surui maintain many of their customs, including language and various cosmological aspects. Their territory was officially recognized and approved in the 1980s. Like several other Indian

lands in the state of Rondônia, Sete de Setembro was marked and "un-marked" several times, as regional political interests fluctuated due to the fear of holding a federal definition of land favorable to indigenous peoples.

The federal policy was to attract settlers to Rondônia and was initiated in the 1920s with the construction of the Madeira-Mamoré railroad, the telegraphic lines of Rondon, and a second boost in the rubber economy. Without a doubt, the worst period was in the 1960s and 1970s with the construction of the highway BR-364 which links Cuiabá to Porto Velho. In the 1980s, several federal programs such as Polonoroeste and Planafloro guaranteed subsidies for migrant farmers, many of whom centered their production in lands traditionally inhabited by indigenous peoples and which were still in the process of official recognition by the national indigenous land authority. Thus, the great migration on the scale which occurred in Rondônia, coupled with a blurring of land ownership, where land ownership was used to attract rural labor to the region, resulted in serious conflicts.

System of Governance: the Importance of the Clans

The political organization and governance of the Paiter-Surui are based on clans. Each individual inherits membership of the paternal line, which means that the Paiter-Surui People are described as patrilinear. Today, they have four clans, the Gameb, Gabir, Kaban and Makor, and this system is still used to give meaning and organization to the political aspects of the indigenous group, and how they organize themselves in a contemporary society to claim and fight for cultural and indigenous rights. Aspects related to the political leadership of the group are considered by ethnographic studies as diffuse (Mindlin 1985), especially because there are many chiefs (labiway) represent their respective clans, and after the contact with FUNAI, there was a social transformation that created the category known as "cacique" or village chiefs, also called labiway.

Traditionally, the most powerful chiefs had larger fields than the others, thus being able to distribute more chicha (the traditional drink of the Paiter-Surui). The importance of this beverage goes beyond ritual and festive aspects and relates to the organization of collective works, crop production and a means of uniting the clans. In addition to political leaders, there is also the chief who coordinates collective works, especially crop production. The new leaders are well respected and heard, and their influence in the affairs of the village is quite noticeable. They tend to be younger people, with better knowledge of the Portuguese language, codes and laws governing the Brazilian society and, recently, new technologies.

The current villages

The settlement of the Sete de Setembro Indigenous Land follows a pattern that can only be understood when considering the historical period in which their lands were invaded by colonists with strong incentives from both the federal and state governments, being reclaimed after intense, many times even bloody, land conflicts. Currently there are 22 villages in the Indigenous Land Sete de Setembro, which can be located on the map entitled "Aldeias da Terra Indígena Sete de Setembro". From this map it is evident that the occupation is along the boundaries of Indian land, in areas that were invaded by settlers and later retaken by the Indians. The current type of land occupation reveals a strong strategy to protect their territory against the invasion of new residents and also a control over who enters and leaves Sete de Setembro.



Consentimento Livre, Prévio e Informado e o Projeto Carbono Surui



Existem grandes desafios na questão da produção do consentimento livre, prévio e informado junto a povos indígenas. Um deles é justamente delimitar o sujeito que opina e deve deliberar, seja ele a comunidade ou um povo indígena.

O contexto interétnico contemporâneo exige, cada vez mais, que os povos indígenas encontrem mecanismos próprios de tomada de decisão que contemple a totalidade de uma terra indígena, um conjunto de aldeias e/ou um conjunto de terras indígenas em um complexo cultural comum.

Considerando que a organização política dos povos indígenas amazônicos é, basicamente, apoiada sob o princípio da autonomia política, econômica e ritual das aldeias, como proceder em processos que exigem que aldeias, clãs e, em alguns casos, aldeias dispersas em mais de uma terra indígena, consigam tomar decisões políticas conjuntas? Esse parece ser um dos desafios mais significativos atualmente.

É importante destacar que o processo de produção do consentimento livre, prévio e informado para o Projeto Carbono Surui reconheceu a temporalidade própria desse povo indígena para as tomadas de decisões coletivamente. Portanto, isso correspondeu a um processo demorado e não foi fruto de uma única reunião, mas sim de vários encontros com todos esses atores políticos citados acima e que são importantes para o atual sistema de governança interno dos Paiter-Surui.

Consentimento livre, prévio e informado como um processo

O reconhecimento da autonomia do povo indígena no processo de construção do consentimento livre, prévio e informado foi, metodologicamente, um fator relevante, pois, em diversos momentos, as reuniões foram re-

alizadas para que os próprios indígenas pudessem discutir o Projeto Carbono Surui, exclusivamente. Em outros momentos, eles tiveram a oportunidade de discutir, internamente, suas posições para então repassá-las às demais instituições participantes do projeto.

As técnicas e métodos interculturais e multidisciplinares que compuseram a construção do consentimento livre, prévio e informado e do Documento de Concepção do Projeto (DCP) visaram a possibilitar que os Paiter-Surui compreendessem a problemática relacionada à comercialização dos créditos de carbono para que pudessem se posicionar a favor ou contra do desenvolvimento de atividades nesse sentido.

Eventos comunicativos como estratégia de apresentação do consentimento livre, prévio e informado

Os eventos comunicativos representam um documento técnico que detalha cada uma das reuniões realizadas no escopo do projeto. Os eventos comunicativos aqui utilizados são divididos em dois grupos distintos:

- a. Os primeiros remetem ao sistema de governança interno dos Paiter-Surui e revelam como houve a articulação entre os clãs, aldeias e lideranças para a chegada de um ponto consensual;
- b. Já o segundo grupo abrange os elementos comunicativos de ordem interétnica, os quais mostram os caminhos percorridos pelo povo Paiter-Surui para que pudessem opinar de maneira livre e esclarecida sobre o Projeto Carbono Surui. Os elementos comunicativos desse grupo também dizem respeito a reuniões, algumas entre

as instituições indígenas e as parceiras do projeto, outras entre os próprios indígenas, dentro de suas aldeias.

Eventos comunicativos internos - Assembleia Geral do Povo Paiter

Nos dias 26 e 27 de março de 2009, aconteceu a I Assembléia Geral do Povo Paiter, na Faculdades Integradas de Cacoal (Unesc), onde se reuniram os representantes das associações indígenas do Povo Paiter-Surui.

Essa reunião, cujo principal objetivo era apresentar o Projeto Carbono Surui para todas as lideranças Paiter-Surui, pode ser considerada como a primeira etapa do processo de construção e produção do consentimento livre, prévio e informado, a qual revelou a necessidade de uma maior união dos clãs Paiter-Surui em torno do Projeto.

Outro ponto que esteve presente foi como surgiu a ideia de se trabalhar com pagamentos por serviços ambientais, mediante o desenvolvimento de um projeto de comercialização de créditos de carbono. Um dos diferenciais da proposta do Projeto Carbono Surui é que ela teve sua origem não nas organizações governamentais e de apoio à causa indígena, mas sim dos próprios Paiter-Surui e das suas organizações locais que buscaram alternativas econômicas e ambientais para seu povo.

Ao final da reunião, verificou-se o grau de aceitação da proposta inicial para o Povo Surui de se começar uma discussão acerca de novos caminhos e alternativas econômicas culturalmente situadas e ambientalmente responsáveis. 95% dos presentes estiveram de acordo com a continuação do processo de desenvolvimento.

Ficou decidido que cada clã teria que acompanhar de modo participativo todo o de-

envolvimento do projeto, tanto por seus líderes e representantes tradicionais (os *labiway*) como pelas suas associações clânicas, devendo estar as aldeias representadas e participantes do processo como um todo.

A I Assembleia Geral do Povo Paiter representou a iniciativa de construção de parcerias internas nos Paiter-Surui para encontrar e viabilizar consensos sociais que possibilitem a construção de novas alternativas e atividades econômicas.

Demais reuniões

Em junho de 2009, aconteceram três reuniões na sede da Associação Metareilá que contaram com a presença dos coordenadores das associações e membros da comunidade (Metareilá 2009).

O objetivo desses encontros foi atualizar as informações sobre os diferentes estudos e levantamentos que estavam sendo realizados para a produção do Documento de Concepção do Projeto (DCP), refletindo também o impacto da exploração ilegal de madeira na Terra Indígena Sete de Setembro e no povo Paiter-Surui como um todo.

A Assinatura do Memorando de Entendimento entre os Clãs

Além das referidas reuniões, houve a assinatura do Memorando de Entendimento entre os quatro Clãs do Povo Paiter-Surui, no dia 9 de junho de 2009, na aldeia Lapetanha, o que representou um momento crucial dentro do Projeto Carbono Surui. Tendo plena consciência da importância de mostrar ao mundo exterior a capacidade organizacional e de gestão que o povo indígena Paiter-Surui possui, o Memorando firmou o compromisso e os termos dos acordos entre os clãs para o desenvolvimento do Projeto.

O texto do Memorando foi escrito em português, mas integralmente traduzido para

a língua Tupi-Mondé pelo estudante de biologia e secretário da Associação Metareilá, Arildo Surui. Toda a Associação recebeu uma cópia do Memorando, que foi repassado imediatamente para os representantes dos clãs.

Reunião Teatro Cacilda Beker

Essa reunião teve 115 participantes e aconteceu no dia 07 de julho de 2009, nas dependências do Teatro Municipal de Cocal, para tratar assuntos de interesse geral do povo indígena, dentre os quais estava a atual situação do Projeto Carbono Surui (Metareilá 2009).

Foi uma reunião exclusivamente para os indígenas: falada somente em língua indígena e totalmente mediada pelos Paiter-Surui, de Rondônia.

Durante a reunião, os presentes foram informados sobre a viagem que seis representantes dos clãs e associações indígenas dos Paiter-Surui fizeram à capital do país (Brasília-DF). Naquela oportunidade, eles estiveram em diferentes órgãos governamentais federais com interface nas questões ambiental e indígena, visando recursos e apoios técnicos para o desenvolvimento de projetos etnoambientais na Terra Indígena Sete de Setembro.

Eventos comunicativos e articulações interétnicas

Reunião Projeto Carbono Surui

Em conformidade com as reivindicações dos Paiter-Surui expressas na I Assembléia Geral do Povo Paiter-Surui, ocorrida em março de 2009, a Associação Metareilá organizou uma reunião com todas as instituições envolvidas (indígenas e não indígenas) no desenho do Projeto Carbono Surui para o mês de abril.

O objetivo central era aproximar as duas visões de mundo e os interesses envolvidos

dos Paiter-Surui e das instituições não indígenas, procurando uma sinergia de interesses capaz de motivar o trabalho e a construção do projeto.

Naquela oportunidade ressaltou-se que o Projeto Carbono Surui pode ser uma oportunidade concreta e histórica para que os povos indígenas sejam compensados pelos serviços ambientais que vêm prestando, gerando renda para as comunidades, estimulando práticas de desenvolvimento sustentável e contribuindo para questões globais das mudanças climáticas.

Os parceiros não indígenas também esclareceram que a comercialização dos créditos de carbono Paiter-Surui não pode ser a única solução para os problemas locais vivenciados no contexto desse povo indígena, mas certamente conforma uma oportunidade para que eles obtenham recursos para implementar aspectos contidos no Plano de Gestão Surui².

Ainda, explicou-se claramente que o Projeto de crédito de carbono deverá trabalhar um ordenamento territorial e de uso dos recursos naturais da TI Sete de Setembro e que haverá um monitoramento minucioso dos acordos e metas estabelecidos do Projeto.

Após os esclarecimentos institucionais dos *iarayeri* (não indígenas), passou-se aos questionamentos das lideranças indígenas que estavam presentes para sanar suas dúvidas e identificar pontos que precisaram ser adensados no processo de explicação sobre a temática dos pagamentos por serviços ambientais – especialmente créditos de carbono – e construção do Documento de Concepção do Projeto (DCP), principalmente os ganhos e as perdas com um projeto de carbono.

As dúvidas e constatações levantadas nesse encontro foram responsáveis por permitir à equipe do projeto identificar quais são

² Disponível para download em: http://www.equipe.org.br/publicacoes_dentro.php?tipoid=1

as principais questões que as lideranças e os membros da comunidade indígena Paiter-Surui possuem em relação ao Projeto Carbono Surui e às temáticas globais do aquecimento global, da importância das terras e dos povos indígenas no enfrentamento dessa questão e, principalmente, do pagamento por serviços ambientais e da construção do DCP do projeto Carbono Surui.

Decidiu-se que a estratégia metodológica participativa e colaborativa era a mais adequada ao contexto local, necessitando uma articulação entre os Paiter-Surui e a equipe técnica do Projeto Carbono Surui, para que as principais questões e dúvidas identificadas pudessem ser esclarecidas, tanto para eles como para os demais membros de suas comunidades.

Também nessa ocasião, foi informado aos presentes que os Paiter-Surui estavam em uma negociação interna para a formalização legal dessa parceria, posteriormente materializada no Termo de Parceria entre os Clãs Paiter-Surui que foi exposto neste documento técnico.

Reuniões comunitárias

Os objetivos das reuniões comunitárias eram: apresentar o Projeto Carbono Surui para os membros das comunidades desse povo indígena, sanar as dúvidas ainda existentes e inserir novas propostas colocadas pelas comunidades.

Foram realizadas 10 reuniões participativas, envolvendo 14 aldeias, o que representa 61% das aldeias existentes na TI Sete de Setembro. Vale salientar que membros das outras aldeias também participaram dessas reuniões.

O consentimento livre, prévio e informado em relação ao Projeto Carbono Surui foi um processo social que respeitou a dimensão temporal própria dos Paiter-Surui, necessária

para realizar os acordos consensuais internos entre os quatro clãs, as aldeias indígenas e as associações legalmente constituídas para representar os interesses do povo indígena, comunidades ou clãs.

Aliado a esse processo interno, houve um esforço intercultural apurado para que tanto as lideranças indígenas como a comunidade tivessem condições plenas de entender o Projeto Carbono Surui, em qual problemática o projeto está situado e, mais ainda, compreender os impactos positivos e negativos que a efetivação desse projeto pode causar no contexto específico do povo Paiter-Surui.

Free, Prior and Informed Consent, and the Surui Carbon Project

There are major challenges in producing free, prior and informed consent with indigenous peoples. One is precisely to define the participant that will have an opinion and will decide, whether it's a community or a specific ethnic indigenous group.

The contemporary interethnic context increasingly requires that indigenous peoples find their own decision making mechanisms that address the totality of an indigenous land, a number of villages, a set of indigenous lands in a common cultural complex or a combination depending on the situation.

Since the political organization of Amazonian indigenous peoples is basically supported under the principle of political, economic and ritual autonomy in the villages, how does one proceed in cases that require villages, clans, and in some cases, scattered villages spread in more than one indigenous land, to be able to reach joint political decisions? This seems to be one of the most significant challenges today. It is important to highlight that the production process of the free, prior and informed consent for the Surui Carbon Project recognized the temporality

of this indigenous people for collective decision-making. Therefore, this corresponded to a lengthy process and was not the result of a single meeting, but from several meetings with all these political actors mentioned above and which are important to the current internal governance system of the Paiter-Surui.

Free, Prior and Informed Consent as a Process

The recognition of the autonomy of indigenous people in the free, prior and informed consent process was an important factor methodologically because, at various times, meetings were held so that the Indians themselves could discuss the Surui Carbon Project internally. At other times, they had the opportunity to discuss internally their positions and then convey them to the other institutions participating in the project.

The intercultural and multidisciplinary techniques and methods comprising the construction of the free, prior and informed consent, and the Project Design

Document (PDD) aimed at enabling the Paiter-Surui to understand the issues related to commercialization of carbon credits so they could position themselves towards or against the development of activities in this direction.

Communicative Events as a Strategy to Reach Free, Prior and Informed Consent

The communicative events represent a technical document that details each of the meetings held in the project scope. The communicative events used here are divided into two distinct groups:

1. The first refers to the internal governance system of the Paiter-Surui, and show how the articulation between clans, villages and leaders happened to arrive at a consensus point.
2. The second group comprises the communicative elements of interethnic order, which show the paths taken by the Paiter-Surui people so they could give their free and informed opinion about the Surui Carbon Project. The communicative elements in this group also relate to meetings both between indigenous institutions and project partners and also among the Indians themselves within their villages.

Internal Communicative Events – General Assembly of the Paiter People

On March 26 and 27, 2009, the first General Assembly of the Paiter People occurred in the Integrated College of Cacoal (Unesc) between representatives of their respective indigenous associations.

That meeting, whose main objective was to introduce the idea of a Surui Carbon Project to all Paiter-Surui leaders, can be considered as the first step in the free,

prior and informed consent process. The meeting revealed the need for greater unity of the Paiter-Surui clans around the project.

Another issue discussed was how the idea of working with payments for ecosystem services through developing a project to commercialize carbon credits began. One of the unique points of the proposed Surui Carbon Project is that it originated neither in governmental organizations nor in groups which support the indigenous cause, but from the Paiter-Surui themselves and their local organizations who were seeking environmental and economic alternatives for their people.

At the end of the meeting, there was a general acceptance of the initial proposal for the Surui People to start a discussion about new directions and economic alternatives that were culturally and environmentally responsible. 95% of these were in accordance with the continuation of the development process.

Those present decided that each clan, both through their traditional leaders and representatives (the labiway) and through their clan associations would follow project development in a participatory manner so that the villages would be represented and participate throughout the entire process. The first General Assembly of the Paiter People represented the initiative to build inner partnerships in the Paiter-Surui to find and facilitate social consensus, allowing the construction of new alternatives and economic activities.

Other Meetings

In June 2009, three meetings were held at the headquarters of the Associação Metareilá which included the presence of the association coordinators and the community members (Metareilá 2009). The purpose of these meetings was to update the information on the various studies and surveys that were being carried out to produce the Project Design Document (PDD), also reflecting the impact of illegal logging in the Indigenous Land Sete de Setembro and the Paiter-Surui People as a whole.

Signing the Memorandum of Understanding between the Clans

In addition to these meetings, on June 9, 2009 in the village Lapetanha, the four clans of the Paiter-Surui signed a Memorandum of Understanding which represented a crucial moment in the Surui Carbon Project. The Memorandum marked the commitment and the terms of agreement between the clans for the development of the Project, with full awareness of the importance of showing the outside world the organizational capacity and management of the Paiter-Surui indigenous people.

The text of the Memorandum was written in Portuguese, but fully translated into the Tupi-Monde language by Arildo Surui, a biology student and secretary of the Associação Metareilá. The entire Association received a copy of the Memorandum, which was passed immediately to the representatives of the clans.

Meeting at Cacilda Beker Theater

On July 7, 2009, 115 participants met in the premises of the Municipal Theater of Cacoal to address matters of general interest to the Surui including the current situation of the Surui Carbon Project (Metareilá 2009).

This meeting was exclusively for the indigenous participants, only the indigenous language was spoken and it was fully mediated by the Paiter-Surui themselves. During the meeting, those present were informed about the trip that six indigenous representatives of clans and associations of the Paiter-Surui made to the country's capital (Brasília-DF). At that time, they met with different federal government agencies to discuss environmental and indigenous issues, seeking resources and technical support for the development of environmental and social projects in the Indigenous Land Sete de Setembro.

Communicative Events and the Interethnic Articulations

Surui Carbon Project Meeting

In accordance with the demands that the Paiter-Surui expressed in the First General Assembly in March 2009, the Associação Metareilá organized a meeting with all involved institutions (indigenous and non-indigenous) regarding the design of the Surui Carbon Project of the following month.

The main objective was to bring together the interests and world views from the Paiter-Surui and the non-indigenous institutions involved, seeking a synergy of interests capable of motivating the work and project construction.

On that occasion it was made clear that the Surui Carbon Project could be a real, concrete and historical opportunity for indigenous peoples to be compensated for the ecosystem services that they have been providing, generating income for the communities, encouraging sustainable development practices and contributing to mitigate global issues of climate change.

The non-indigenous project partners explained that the sale of carbon credits by the Paiter-Surui may not be the only solution to local problems experienced by this indigenous group, but certainly presents an opportunity for them to obtain resources to implement aspects contained in the Surui Management Plan.³

Moreover, it was clearly explained that the carbon credit project should follow land use and natural resource management plans within Sete de Setembro. It was also explained that detailed monitoring of the agreements and milestones of the project will take place throughout the lifetime of the project.

After the institutional clarifications of the iarayei (non-indigenous), the indigenous leaders asked questions mainly to clarify their doubts and identify

³ Available at: < http://www.equipe.org.br/publicacoes_dentro.php?tipoid=1 >

issues that needed to be further explained regarding payments for ecosystem services - especially carbon credits - and the construction of the Project Design Document, especially the gains and losses that a carbon project involves.

The questions and observations raised in this meeting allowed the project team to identify the main issues that the leaders and members of the Paiter-Surui indigenous community have in relation to the Surui Carbon Project, as well as global issues of global warming, the importance of indigenous lands and peoples to address this issue, and especially payments for ecosystem services, and construction of the PDD for the Surui Carbon Project.

The participatory and collaborative methodological strategy was decided to be the most appropriate to the local context, requiring coordination between the Paiter-Surui and the Surui Carbon Project technical team, so that the main issues and concerns identified could be clarified, both for them and to the other members of their communities.

Also on that occasion, all participants were informed that the Paiter-Surui were internally negotiating a legal agreement to formalize this partnership, later embodied in the Partnership Agreement between their Clans in this technical document.

Community Meetings

The goals of the community meetings were to present the Surui Carbon Project for members of this indigenous people's communities clarifying doubts and including new proposals raised by the communities.

10 participatory meetings were held involving 14 villages representing 61% of the existing villages in Sete de Setembro. It is worth noting that members of other villages also participated in these meetings. The free, prior and informed consent in relation to the Surui Carbon Project was a social process which complied with the internal timing that the Paiter-Surui needed to reach internal consensus agreements between the four clans, villages, and indigenous associations legally constituted to represent the

interests of indigenous people, communities, or clans. Coupled with this internal process, there was an intercultural effort so that both the Indian leaders and the community would be fully able to understand the Surui Carbon Project and the issues around it, and furthermore to understand the positive and negative impacts that the understanding of this project may cause in the specific context of the Paiter-Surui People.



Conclusão

A produção do consentimento livre, prévio e informado atende a recomendações legais nacionais e internacionais. Essa nova moralidade, expressa em diversas recomendações para o diálogo intercultural entre povos indígenas e sociedades envolventes – como a Declaração da OIT nº. 169 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas – deixa clara de que os povos indígenas são sujeitos capazes de planejar, decidir e agir criticamente em busca do etnodesenvolvimento de suas comunidades.

Os povos indígenas não possuem uma organização social centralizada, mas sim sistemas de governanças politicamente polifônicos. Essa pluralidade política traz à tona um dos maiores desafios para esses povos nos cenários interétnicos contemporâneos: como chegar às decisões consensuais que envolvam os interesses de todos os setores de suas sociedades e como esse envolvimento pode repercutir em uma participação ativa desses setores no planejamento, construção e implementação dos projetos.

Internamente, houve um intenso processo de negociações entre os *labway*, os representantes de cada aldeia e as novas lideranças indígenas. Esse processo foi detalhado e o conceito de “eventos comunicativos” serviu para mostrar as duas fases da produção do

consentimento livre, prévio e informado do Projeto Carbono Surui.

Ainda, foi necessário avançar no diálogo intercultural sobre os conceitos de carbono e de pagamentos por serviços ambientais. O primeiro conceito a ser trabalhado foi o “carbono”, necessário para que se pudesse abordar o pagamento por serviços ambientais ou, como os próprios Paiter-Surui dizem, “como comercializar algo que não se vê, não se toca e não se conhece”.

Por fim, a necessidade de se investir na elaboração de um documento técnico sobre o processo de obtenção do consentimento livre, prévio e informado teve por objetivo revelar para o público externo, pessoa ou instituição interessada, as formas pelas quais os Paiter-Surui adquiriram conhecimentos e decidiram entrar na discussão da temática entre pagamentos por serviços ambientais, créditos de carbono e povos indígenas.

O resultado foi atingido com êxito e o processo proposto poderá servir de modelo para outros projetos ligados ao tema. A metodologia reconhece e reforça a autodeterminação dos povos indígenas, possibilitando que avaliem essas iniciativas, negando-as ou aceitando-as de acordo com sua compreensão, desejos, anseios e modelos de desenvolvimento econômico e social.

Conclusion

The production of the free, prior and informed consent fulfill the national and international legal recommendations. This new morality, expressed in several recommendations for intercultural dialogue between indigenous peoples and surrounding societies - such as the ILO Declaration No. 169 and the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples - are clear that indigenous peoples are able to plan, decide and act critically in search of the ethno development of their communities.

Indigenous peoples do not have a social organization that is centralized, but plural systems of political governance. This political plurality brings up one of the biggest challenges for these people in the contemporary inter-ethnic settings: how to reach consensus decisions involving the interests of all sectors of its society and how this involvement may reflect as an active participation in these sectors during planning, construction, and implementation of projects.

Internally, there was an intense process of negotiation between the labiway, the representatives of each village, and the new indigenous leaders. This process was detailed in the section regarding

“communicative events” which serves to show the two stages of the production of the free, prior and informed consent of the Surui Carbon Project.

It was necessary for project partners to advance intercultural dialogue on the concepts of carbon and payments for ecosystem services. The first concept to be discussed was the concept of “carbon”, necessary to address payments for ecosystem services or, as the Paiter-Surui say, “how to market something that is not seen, not touched and not known.”

Finally, this technical paper on the process of reaching free, prior and informed consent aims to reveal to the public, whether an individual or institution, the ways in which the Paiter-Surui, acquired knowledge and decided to join in the discussion of payments for ecosystem services, carbon credits and indigenous peoples.

The result was achieved successfully and the proposed process could serve as a model for other projects relating to the subject. The methodology recognizes and reinforces the self-determination of indigenous peoples, making it possible to evaluate these initiatives, denying them or accepting them according to their understanding, wishes, desires and models of economic and social development.

Bibliografia | Bibliography

ALBERT, B: "Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira" in Ricardo, C.A. *Povos Indígenas no Brasil: 1996/2000*, Instituto Socioambiental - ISA, São Paulo, 2000.

APEL, K.O: *Una ética de la responsabilidad en la era de la ciencia*. Buenos Aires: Almagesto, 1990.

ÁVILA, T: "Não é do jeito que eles quer, é do jeito que nós quer: os Krahô e a biodiversidade", Masters Dissertation, Anthropology Department - UnB, 2004.

BUCHILLET, D.: "Contas de vidro, enfeites de branco e potes de malária", in *Série Antropologia 187*, Anthropology Department, University of Brasília – UnB, 1995.

DANIEL, Valentine E.: *Charred Lullabies: Chapters in an Anthropography of Violence*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

DAS, V: *Critical Events an anthropological perspective on contemporary India*. Oxford University Press, 1996.

GREEN, S.: , "Indigenous People Incorporated? Culture as Politics, Culture as Property in Pharmaceutical Bioprospecting" in *Current Anthropology* 211, 2004

METAREILÀ, Associação Indígena: Relatório de progresso: subsídios para elaboração do Projeto de Carbono Surui, September 2009.

MINDLIN, B: *Nós Paiter, os Surui de Rondônia* , Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1985.

SANTOS, R V; COIMBRA JR, Carlos E.A. ; ESCOBAR, Ana Lúcia; BASTA, Paulo Cesar: "Aspectos epidemiológicos da tuberculose na população indígena Surui, Amazônia, Brasil" in *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical* 37(4):338-342, jul-ago, 2004

SANTOS, R; COIMBRA JR. Carlos E.A.: "Avaliação do Estado Nutricional num Contexto de Mudança Sócio-Econômica: o Grupo Indígena Surui do Estado de Rondônia, Brasil." In *Cadernos de Saúde Pública RJ* 7 (4) 538 – 562 out/dez 1991a.

SANTOS,RVeCOIMBRAJr.CE: "Socioeconomic transition and physical growth of Tupí-Mondê Amerindian children of the Aripuanã Park, Brazilian Amazon" in *Human Biology* n. 63 December pp 795 – 819, 1991b.

SOUZA LIMA, A.C: *Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995

THIOLLENT, M. J. M. Metodologia da pesquisa-ação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 108 p. (Coleção Temas básicos).

VASCONCELLOS, H. S. R. de. A pesquisa-ação em projetos de educação ambiental, In: PEDRINI, A.G. (Org). Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 1998. 123 p.



Realização



Parceiros



Apoio

